N° 42

LEITURAS EM PAUTA

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

ARE 1.495.711/SP

27 DE NOVEMBRO 2024

#ParaTodosVerem
Texto alternativo disponível

STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



ARE 1.495.711/SP

Relator: Ministro FLÁVIO DINO

Política pública de combate à alienação parental no âmbito municipal

Averiguação – à luz da reserva de iniciativa do chefe do Poder Executivo e das competências da União e do Ministério Público – da constitucionalidade de dispositivos da Lei n° 10.509/2022 do Município de Santo André/SP, que instituiu políticas públicas voltadas ao combate à alienação parental.

A Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, do Supremo Tribunal Federal, consciente do seu papel informacional para o desenvolvimento e o aprimoramento dos saberes da Corte, lança o Leituras em Pauta, com o objetivo de sugerir a leitura de títulos relevantes do seu acervo bibliográfico sobre o tema do Processo Destaque que será julgado no Plenário Virtual, do Tribunal. Os interessados na leitura dos documentos que integram o estudo bibliográfico podem solicitar os artigos e capítulos de livros indicados à Biblioteca, por meio do e-mail biblioteca@stf.jus.br.

O estudo bibliográfico foi realizado nas bases de dados assinadas e no banco de dados de gerenciamento de informações da Biblioteca.

Para pesquisar mais documentos sobre o assunto, acesse o CATÁLOGO online da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal por meio de consulta à página (https://www.stf.jus.br), opção Biblioteca / Consultas / Pesquisa ao Acervo. Essa pesquisa possibilita a busca no acervo das doze bibliotecas integrantes da Rede Virtual de Bibliotecas, da qual o Supremo faz parte, recuperando referências bibliográficas de livros, folhetos, artigos de periódicos, artigos de jornais, entre outros.

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

BARUFI, Melissa Telles. Alienação parental: interdisciplinaridade: um caminho para o combate. *In:* BARBEDO, Cláudia Gay. **Incesto e alienação parental**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 219-239. [1023680] CAM TJF **STF 341.55533 I36 IAP 3.ED.**

CARRA, César Augusto. **O papel do município no processo de concretização dos direitos fundamentais de caráter prestacional**. São Paulo: Dialética, 2022. 127 p. Conteúdo: Da sociedade primitiva ao Estado. Federalismo. A questão federal no processo de descentralização: descentralização das políticas públicas. Distribuição de competências e de recursos. Considerações de ordem econômica. A atuação dos municípios nas políticas públicas. A quimera da descentralização? Proposta municipalista. Sumário disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/166361. Acesso em: 22 nov. 2024. [1218115] CAM STJ **STF 341.316 C312 PMP**

CASAGRANDE, Lais Maria da Cunha. **Alienação parental na sociedade da informação**: iniciativas estatais de combate e o papel educativo da informação. São Paulo: Dialética, 2024. 167 p. Conteúdo: A informação na sociedade contemporânea. A proteção jurídica da criança e do adolescente e a alienação parental. Possibilidades de prevenção da alienação parental e ações afirmativas estatais de combate. [1257828] CLD TJD

CORRALO, Giovani. **Município**: autonomia na federação brasileira. 3. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2022. 273 p. Conteúdo: O poder local: Evolução sociológico-histórica. O surgimento do Município. Dimensão histórico-constitucional do Município brasileiro. O federalismo e a Federação brasileira: Antecedentes históricos e teóricos do federalismo. As formas estatais e o federalismo. A federação brasileira. O Município como ente federado. A autonomia do Município brasileiro: A repartição constitucional das competências. As regiões metropolitanas. A autonomia administrativa. A autonomia política. A autonomia financeira. A autonomia auto-organizatória. A autonomia legislativa. A autonomia municipal pode ser considerada norma de direito fundamental? O pacto federativo em tempos de Covid-19. Sumário disponível em: http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/3175. Acesso em: 22 nov. 2024. [1207656] STJ

CUSTÓDIO, André Viana; SABINO, Elizandro Silva de Freitas. As atribuições do vereador nas políticas públicas de garantia dos direitos da criança e do adolescente em Porto Alegre. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 53, n. 210, p. 149-164, abr./jun. 2016. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/522903. Acesso em: 22 nov. 2024. [1073198] CAM CLD MJU SEM STJ STM TCD TJD **STF**

DINIZ, Hirmínia Dorigan de Matos. A responsabilidade do Estado pela adequação das políticas públicas educacionais: uma importante linha protetiva do ECA. *In:* BOCAYUVA, Marcela Carvalho; RAMIDOFF, Mário Luiz; SÉLLOS-KNOERR, Viviane Coelho de (coord.). **Estatuto da criança e do adolescente**: ECA 30 anos: emancipação subjetiva, mudança cultural e responsabilidade social. Curitiba: Instituto Memória, 2020. p. 429-454.

Conteúdo: Do dever de ofertar serviços educacionais. O financiamento da educação. 4 parâmetros que regem os gastos em educação. Dos efeitos decorrentes da oferta irregular do ensino. A responsabilidade do Estado pelo dano à formação integral causada pela insuficiência do ensino. Sumário disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/176722. Acesso em: 22 nov. 2024. [1243741] STJ **STF 342.17 E79 ECE**

FRANÇA, Flaviano Gomes de. A competência legislativa dos municípios na Constituição brasileira: a autonomia federativa em face do interesse local. **Revista Brasileira de Direito Municipal**: RBDM, Belo Horizonte, v. 19, n. 67, p. 9-23, jan./mar. 2018. Disponível em: https://www.forumconhecimento.com.br/periodico/149/21584/56650. Acesso em: 22 nov. 2024. [1195624] AGU CLD SEM STJ TCD **STF**

LOPES FILHO, Juraci Mourão. **Competências federativas**: na Constituição e nos precedentes do STF. 3. ed. rev. e atual. Indaiatuba: Foco, 2024. 353 p. Conteúdo: Origem, evolução e crise do Estado federal. Características do Estado federal brasileiro. Competências materiais dos entes federativos. Competência constituinte dos Estados-membros. Competências legislativas privativas da União. Competências concorrentes da União, dos Estados-membros e do Distrito Federal. Competência legislativa residual dos Estados-membros. Competência legislativa dos municípios. Competências legislativas do Distrito Federal. [1261802] CAM SEN

PEREIRA, Laila Jordana. Reflexões sobre a alienação parental e sus implicações nos âmbitos jurídicos e familiar = Reflections on parental alienation and its implications in legal and family scope. **Revista Síntese**: direito de família, São Paulo, v. 25, n. 145, p. 218-237. ago./set. 2024. Conteúdo: Aspectos teórico-conceituais da alienação parental. Formas de alienação parental. Aspectos legais da alienação parental no Brasil. Vertentes contrárias à norma vigente. Importantes decisões judiciais acerca da alienação parental. [1269569] STJ TJD

SILVA, Adriana Martins (coord.); DORIA, Maria Eduarda; SANTOS, Kauana dal Zotto dos. (org.). **Temas contemporâneos de direito das famílias numa perspectiva civil-constitucional.** Curitiba: Instituto Memoria, 2021. 428 p.. Sumário disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novasaquisicoes/2022/fevereiro/1199960/sumario.pdf. Acesso em: 22 nov. 2024. [1199960] STJ **STF 342.16 T278 TCO**

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado *et al* (coord.). **Problemas da família no direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2012. xv, 447 p. Sumário disponível em: http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/45482. Acesso em: 22 nov. 2024 [926699] CAM SEN STJ TJD TST

VIEIRA, Ana Elisa Silva Fernandes; SIQUEIRA, Dirceu Pereira. O poder judiciário no incentivo à adoção de crianças ou adolescentes preteridos e a busca ativa como política pública de efetivação do direito à convivência familiar = Judiciary in encouraging the adoption of children or adolescents who have been rejected, and the active search as a public policy for the realization of the right to family cohabitation. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 13, n. 3, p. 295-322, set./dez. 2023. Disponível em:

https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/8034. Acesso em: 22 nov. 2024. [1257199]

VIEIRA, Eriton Geraldo; CARVALHO, Newton Teixeira. A alienação parental e seus efeitos no núcleo familiar. **Revista Síntese**: direito de família, São Paulo, v. 16, n. 90, p. 96-118, jun./jul. 2015. Conteúdo: A família na Constituição Federal de 1988. Os conflitos familiares. A alienação parental. Prevalência. Causas determinantes do processo de alienação parental. A implantação de falsas memórias e a imputação de falsas denúncias de abuso sexual. Consequências da alienação parental. A alienação parental e o Poder Judiciário. Medidas judiciais e extrajudiciais no combate à perpetuação da alienação parental. Soluções judiciais concretas. Fundamentação legal. O projeto de lei n°4.053/2008. A Lei n° 12.318/2010. Lei da alienação parental. A alienação parental e a guarda dos filhos. A guarda unilateral. A guarda compartilhada e o melhor interesse da criança ou do adolescente. [1040238] AGU CAM STJ TJD **STF (DIG)**

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF
Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação – SAE
Coordenadoria de Biblioteca – CBIB
Referência de Circulação

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO ESTUDO BIBLIOGRÁFICO
Célia de Sá Marques de Castro
Leiber Cipriano Pinheiro
Lucas Henrique Pereira Mota Vieira
Márcia Soares de Oliveira Vasconcelos
Solange de Oliveira Jacinto

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Flávia Carvalho Coelho Arlant

DIAGRAMAÇÃO
Leonardo Ramsés Cunha Oliveira

